

Índice de matérias

Apresentação	
De Portugal para a Europa	9
Portugal	
Identidade nacional, cultura, política e mudança social	25
Mudança social em Portugal	42
Quatro décadas: da mudança à incerteza	78
A ilusão magnífica	94
Antigos combatentes, combatentes de Portugal	105
A Europa	
A Europa e Portugal: o próximo futuro	113
Portugal, que futuro?	139
E, no entanto... a Europa!	147
Migrações e relações internacionais	151
A Liberdade	
A liberdade é urbana	167
Da liberdade dos portugueses	178
Justiça como condição de Liberdade	184
Justiça e sociedade em Portugal	192
Coesão urbana: desigualdades e Justiça	205
A coesão social	218
A Política	
A Constituição de 1976: nascimento, vida e revisão	229
Uma reflexão sobre a reforma do Estado	238
Meu país do Sul e do sol!	248
O bom exemplo	252



APRESENTAÇÃO

De Portugal para a Europa

Que ninguém diga que estes últimos anos foram felizes! Ou simples e fáceis! Para alguns, uma minoria, talvez: nunca tinha sido possível enriquecer tanto e tão depressa! Mas, para a maioria das pessoas, em todo o caso dos ocidentais, foram alguns dos anos mais difíceis de toda a sua vida. As duas primeiras décadas do século XXI ficarão na história como dolorosas e muito superiores, em incerteza, a toda a segunda metade do século XX. Tudo parece ter começado com as Torres de Nova Iorque. Depois disso, vieram notícias graves e perigosas, das guerras no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e na Síria, ao terrorismo em várias cidades europeias, africanas e asiáticas, para acabar na crise financeira de 2008, que deixou metade do mundo em desespero. Não faltaram os Estados e as democracias que falharam e a corrupção que se generalizou. A crise das dívidas soberanas ajudou à depressão e o desemprego cresceu, no mundo ocidental, a níveis inéditos. Portugal, nestes quase vinte anos, estagnou economicamente, endividou-se como nunca na sua história, chegou à bancarrota e foi resgatado pela terceira vez em quarenta anos, mas desta feita em condições de uma gravidade excepcional. O nosso país chegou a ter o desemprego nos 17% e viu novamente umas centenas de milhares de cidadãos terem de emigrar. Desde os finais do século XX e durante cerca de vinte anos, o crescimento da economia foi praticamente nulo, isto é, igual a zero! Vários bancos faliram ou foram resgatados, importantes grupos financeiros destruíram-se

por má gestão ou corrupção. A promiscuidade entre a política e a economia aumentou e provocou desastres¹.

Nestes vinte anos, não faltaram guerras, mesmo se sem a violência e a dimensão da de 1939 a 1945. Nem fomes, apesar de menos devastadoras das que ocorriam na China, na Índia e em África nos anos cinquenta. Se guerra e fome parecem hoje menores ou menos destruidoras, o que contribui para que tenhamos vivido tempos tão difíceis? Uma crise financeira e económica, com graves sequelas sociais, como há muitas décadas não se conhecia. O crescimento económico, fonte e segredo do progresso da humanidade no último século, ficou reduzido a uma ínfima espécie. O desemprego de massas instalou-se em quase todo o mundo, sendo que o desemprego juvenil, além de se estabelecer com regularidade inevitável, atingiu valores inimagináveis. Em muitos países desenvolvidos, entre os mais avançados do mundo, cerca de um terço dos jovens chega aos vinte e cinco ou trinta anos sem jamais ter tido um emprego e sem se ter dedicado a uma experiência profissional! Quando se pensava que o crescimento dos serviços e o desenvolvimento das chamadas “novas tecnologias” iriam contribuir para maior igualdade social, verificou-se que estes anos foram de aumento quase obscuro da riqueza de algumas pessoas e de agravamento das desigualdades económicas.

Marca maior destas duas décadas, o terrorismo, nas suas múltiplas variedades, nos países ricos e nos pobres, na Europa e na África, na América e na Ásia. O atentado das Torres de Nova Iorque iniciou um ciclo novo de terror e, em menos de vinte anos, sucederam-se ataques nas cidades europeias e americanas, a que se acrescentaram tantas outras na Ásia e em África. O terrorismo semeou medo, que todos dizem não ter, mas todos têm. Transformou as polícias, tornou-as imprevisíveis, por vezes sem regras. Aterrorizou os ricos, os políticos e os juizes. Permitiu que a investigação se transformasse em intrusiva como nunca na história. Fez com que os cidadãos passassem a ser todos culpados por princípio e destruiu

¹ Os textos seleccionados neste livro são, em maioria, inéditos. Isto é, nunca foram impressos, mau grado alguns terem conhecido uma vida *online*. Todos datam deste período de quase duas décadas que constitui o início do século XXI.

definitivamente a presunção de inocência, criando uma nova entidade, o “suspeito por existir”. Pior ainda, encontrou cúmplices, por complacência, nos países ocidentais, designadamente na Europa. Há quem se esforce por encontrar “raízes sociais” e “razões históricas” para justificar ou desculpar o terrorismo, desde que este seja obra de povos minoritários, de imigrantes, de religiões não cristãs e de antigas colónias.

Foi nestas duas décadas que a China se estabeleceu definitivamente como uma das grandes nações do mundo, uma das mais fortes economias, um dos mais poderosos exércitos e um factor inevitável da balança política, financeira e militar. No mesmo período, a Rússia retomou o seu papel de grande potência condicionante dos dias do mundo e a União Indiana chegou finalmente aos clubes reservados dos grandes poderes. A Europa perdeu de uma vez por todas o seu estatuto de uma das primeiras potências mundiais: nação a nação, deixou de ter peso e em conjunto nunca chegou realmente a ter. Tudo isto é composto de boas e más notícias, mas uma coisa é certa: o mundo mudou e o previsível, a que estávamos habituados, desapareceu definitivamente.

Foi neste tempo que europeus e seus aliados preferenciais, os Estados Unidos, verificaram à sua custa que o mundo já não era o mesmo das décadas anteriores e que as suas intervenções em terras longínquas e em países alheios se poderiam saldar por fracassos. No Próximo Oriente, em África e na Ásia, a maior parte das intervenções americanas, europeias e da NATO, com ou sem aval das Nações Unidas, saldaram-se por fiascos retumbantes. Se já havia dúvidas quanto à eficácia dos meios militares para exportar a paz, temos agora mais certezas quanto à sua incapacidade para induzir a democracia ou o mercado.

Aliás, as perspectivas democráticas, através do mundo, não tiveram, neste início do século XXI, especial concretização. Depois de décadas durante as quais as esperanças pareciam não ter fim, chegou-se, já neste século, a um ponto em que o progresso foi nulo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e até ao final dos anos oitenta, parecia que a democracia só conhecia vitórias e progressos. Eram grandes as esperanças que se depositavam no futuro das novas nações independentes do mundo inteiro. Rapidamente, no entanto,

os novos Estados mostraram a sua preferência quase sistemática pelo poder autocrático, pelo partido único e pela ditadura militar. Depois da vaga de boas notícias chegadas da Europa Central e de Leste, no seguimento do fim do comunismo, o desmembramento da União Soviética não foi particularmente fértil em democracia. Como o não foram as falhadas Primaveras Árabes, nem o capitalismo asiático, especialmente chinês. Também a América Latina, especialmente no Brasil e na Venezuela, dá hoje sinais inquietantes de vulnerabilidade da democracia. E os Estados Unidos da América, após a eleição do presidente Donald Trump, enveredaram por caminhos difíceis para a liberdade e a tolerância.

Qual a hipótese democrática da Europa (e da União Europeia) neste mundo em que se multiplicam os indícios e os avisos de perigo? Continua a parecer, desse ponto de vista, um dos mais robustos baluartes da democracia e das liberdades individuais. Mas convém não subestimar os elevados resultados eleitorais obtidos pelos partidos de extrema-esquerda e extrema-direita e pelos nacionalistas de esquerda e de direita. Na França, na Alemanha, na Grã-Bretanha, na Holanda, em Itália, na Áustria e noutros países, as forças extremistas e nacionalistas cresceram de modo surpreendente. Depois de longas décadas em que estas energias políticas pareciam extintas ou enfraquecidas, demo-nos conta de que estavam apenas adormecidas. A Europa já tinha os graves problemas resultantes da globalização económica e financeira e os que decorrem das suas dificuldades institucionais e políticas. Tem agora também esta nova e complexa questão que é a de tratar das forças políticas e sociais que, na esquerda e na direita, põem em causa o património democrático adquirido depois da Segunda Guerra Mundial. E fazem-no utilizando um fértil argumento, o da identidade nacional e da soberania, por oposição à União Europeia, por muitos considerada como entidade democraticamente deficiente.

Como se já não bastassem a instabilidade, o terrorismo, as guerras locais e dispersas e a crise financeira, um novo fenómeno mereceu especial atenção pela sua intensidade dramática e pela certeza de que nada fará com que cesse brevemente: a grande crise das imigrações ilegais e da procura de refúgio e asilo político. É uma questão europeia, mediterrânica, regional e mundial. O fenómeno, pela sua

amplitude, pelas emoções desencadeadas, pelo sentido trágico e pelas dificuldades assim criadas, é inédito e está longe de se reduzir ou de ser controlado. Antes será, no futuro, uma das grandes condicionantes da política e das políticas dos países democráticos.

O que terá repercussões na Europa, com certeza. O Outono demográfico europeu fez deste continente e desta União entidades particularmente frágeis perante a questão das migrações. As dificuldades políticas de uma União incompleta quase desarmam as instituições, incapazes de encontrar soluções satisfatórias. A antes insuspeita fragilidade dos europeus perante a globalização revelou-se em toda a sua dimensão e tem criado uma enorme dificuldade em encontrar soluções para os seus problemas interiores. O certo é que há temas controversos e opiniões contraditórias a este propósito. Como existem reais conflitos de interesses. O sentimento de fraternidade e de solidariedade universal é frequentemente genuíno e pode até ser considerado um valor contemporâneo. A necessidade de força de trabalho e de técnicos jovens é um argumento real. A vontade de muita gente manter ou preservar uma certa identidade cultural ou nacional é legítima. O desejo político de apenas receber, com conta e medida, os imigrantes considerados necessários é lícito. O receio de que as migrações sem limite e o livre acolhimento de refugiados possam causar perturbações da ordem pública e problemas ao Estado social tem razão de ser. Estes pontos de vista, moderados e ponderados, estão obviamente em oposição entre si. Mas não podem ser simplesmente afastados com o argumento de que são “inaceitáveis”. Poder-se-ão afastar, isso sim, raciocínios errados, preconceitos xenófobos ou racistas e sensações de superioridade racial. Mas esses exageros são fáceis de denunciar, apesar de ser difícil de lidar com eles. O problema real é o da resolução dos conflitos entre opiniões legítimas e racionais. A dificuldade, todavia, reside no facto de tais opiniões, mesmo legítimas e empiricamente fundamentadas, derraparem facilmente no preconceito e no reflexo condicionado. A xenofobia e o racismo são venenos, certo, mas também o são as tentativas de liquidar os que querem discutir a questão da imigração, do asilo político e das minorias. Acusar de xenofobia e de racismo quem deseja debater as questões do multiculturalismo e da integração de minorias, da circulação de pessoas